

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 12/01/2012 Edição Nº 496

CNTV e Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco realizam seminário visando os grandes eventos

Depois do Ceará, chegou a vez dos vigilantes de Pernambuco realizarem um seminário, junto com a CNTV, para discutir e apresentar sugestões visando os grandes eventos que acontecerão no Brasil a partir de 2013, com a Copa das Confederações, em 2014, a Copa do Mundo de Futebol e em 2016, as Olimpíadas no Rio de Janeiro. Todos os

Sindicatos dos demais estados e municípios estão convidados a participar.

A expectativa é de que esses eventos criem 50 mil novos postos de trabalho na área de segurança privada. Além disso, os atuais vigilantes também precisam se qualificar para atenderem às exigências do COI e da FIFA. Informações:

Confederação Nacional dos Vigilantes

SDS, Ed. Venâncio Jr. Loja 9-11
Térreo - CEP 70.300.000 - Asa Sul
- Brasília-DF - E-mail: cntv@terra.com.br - Fone/Fax: (61) 3321-6143 / 3321-0041 / 3224-1658 / 3223-8423

Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco

Telefones: (81) 3421-1964, (81) 30379850

Endereço: Rua do Sossego, 279,
Boa Vista, Recife-PE

Grandes Eventos, Novos Caminhos!

Dia 20
09:00: Abertura e formação da mesa
09:20: Temática 1 pelo Representante do Governo Estadual
10:00: Temática 2 pelo do Representante do MTE
10:40: Temática 3 pelo Representante das MP
12:00: Intervalo/Almoço
14:00: Reabertura
14:20: Apresentação dos temas dos grupos
16:00: Lanche da tarde
16:30: Explicação da mesa Fragoso, Souza e Boaventura
17:30: Encerramento

Dia 21
09:00: Abertura e formação da mesa
09:20: Avaliação Técnica SINDESV-PE
10:00: Considerações e encaminhamentos da plenária
11:30: Encerramento

painel

Recife • Pernambuco
20 e 21 de Janeiro 2012

Realização:

Juízes do Trabalho articulam mudanças no projeto de terceirização

Fernando Exman

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) está decidida a elevar os esforços para tentar promover mudanças na proposta de regulamentação de terceirização de mão de obra que tramita no Congresso. O diagnóstico da entidade em relação ao texto costurado na Câmara dos Deputados é claro: haverá um incentivo direto à terceirização do trabalho, os trabalhadores terão mais dificuldades para obter seus direitos na Justiça e menor poder de barganha nas negociações com seus patrões.

No ano passado, representantes da Anamatra participaram de reuniões com técnicos dos ministérios do Trabalho e da Justiça e também com parlamentares para tratar do assunto. Até agora, no entanto, não obtiveram sucesso. O projeto é relatado pelo deputado Roberto Santiago (PSD-SP), e pode ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e pelo plenário da Câmara no primeiro semestre. Se aprovado, o texto será ainda enviado ao Senado e terá de receber o crivo da presidente Dilma Rousseff.

A Anamatra, entretanto, não terá vida fácil. Além do lobby do empresariado em favor do projeto, o movimento sindical se dividiu. O relator é vice-presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), mas a Central Única dos Trabalhadores, por exemplo, critica alguns pontos do seu parecer. Outro fator pode dificultar a ação dos juízes do Trabalho: o governo, que tem uma base parlamentar formada tanto por representantes dos trabalhadores como dos empresários, evita anunciar uma posição clara sobre o assunto e colocar seu peso político para influenciar a tramitação da proposta.

"O projeto vai acabar produzindo no Brasil uma reforma trabalhista precarizante e vai comprometer o futuro

do Brasil", afirmou o vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, segundo quem já há 11 milhões de trabalhadores terceirizados entre os 43 milhões de empregados formais no país. "A aprovação desse projeto significa uma reforma trabalhista jamais pensada pelo mais radical dos liberais."

Na avaliação de Schmidt, ao não estabelecer regras claras para proibir a terceirização dos trabalhadores responsáveis pela execução de atividades fins das empresas, o projeto de lei gerará um cenário em que o Brasil poderá ter diversas empresas sem empregados. Ao admitir a subcontratação, acrescentou o vice-presidente da Anamatra, a proposta também poderá acabar permitindo a "quarteirização e a quinteirização".

"A responsabilidade pela mão de obra vai se diluindo para, ao fim e ao cabo, não haver responsabilidade nenhuma", alertou o dirigente da Anamatra, lembrando que a maioria dos processos judiciais que os trabalhadores vencem mas não conseguem executar

a sentença é movida por trabalhadores terceirizados. "Para o juiz do Trabalho, o direito do trabalho é menos efetivo na terceirização. Não é uma questão ideológica, é uma questão prática."

Paulo Schmidt também criticou a forma como o projeto de lei em tramitação define a responsabilidade das empresas contratantes pelos trabalhadores terceirizados. O parecer em discussão na Câmara estabelece que inicialmente a responsabilidade seja subsidiária. Mas, se a empresa contratante não se certificar que a sua contratada está assegurando os direitos dos trabalhadores terceirizados, passará a ter responsabilidade solidária. Quando há responsabilidade subsidiária, o terceirizado só pode cobrar direitos trabalhistas da empresa contratante depois que forem esgotadas as possibilidades de cobrá-los da empresa contratada. Já a responsabilidade solidária determina que a tomadora e a prestadora do serviço se responsabilizem pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Fonte: Valor Econômico



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Walkiria Simões
Projeto gráfico e diagramação: G. Santos



site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-1
Cep: 73.300-000 Brasília - DF